



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

ESTADODO PARANÁ

De: Departamento Jurídico

Para: Departamento de Licitação

Processo licitatório: Pregão nº 049/2021- Gêneros alimentícios

**EMENTA: REALINHAMENTO DE PREÇO. CAFÉ TORRADO E MOIDO (ITEM 12), POSSIBILIDADE. PREÇO APRESENTADO ATRAVÉS DAS NOTAS FISCAIS.**

## OBJETO

Trata-se de requerimento administrativo para realinhamento de preços, apresentado pela empresa **SUPERMERCADO CICONATO LTDA-ME**, propugnando o realinhamento de preços de *Café (item 12)* aduzindo que o preço proposto quando da realização do certame teve alteração significativa em seu valor.

## ASPECTOS FÁTICOS

Trouxe junto ao pedido Notas Fiscais de compra dos item requeridos, demonstrando que o mesmo teve um aumento para aquisição. Argumentou ainda pela possibilidade de concessão do realinhamento pretendido, consoante entendimento doutrinário e jurisprudencial. Ao fim, requereu seja deferido o realinhamento de preço para os itens relacionados.

Vieram-me os documentos e requerimento inicial para análise. É o relatório.

## DO PARECER

Pois bem. Inicialmente basta destacar que é sabido e notório que o mundo enfrenta pandemia sem precedentes, e que impactou de forma inesperada todos os setores da sociedade, bem como o funcionamento econômico dos países.

O mercado tende normalizar-se, mas por falta de matéria prima muitos materiais tem seu preço atrelado ao mercado internacional.

Desta forma, admite-se o realinhamento de preços na forma pretendida, dès que instruído o pedido com cópias de notas fiscais de compra pelo fornecedor, comprovando este estar sendo lesado caso mantenha-se o preço original



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

ESTADODO PARANÁ

do item. Saliente-se ainda que, nestes casos, não há limite percentual de realinhamento, devendo observar a margem de lucro originariamente atribuída ao item, e compará-la ao banco de dados de fornecedores ao Poder Público.

Desta forma, em atenção ao pedido de realinhamento de preços apresentado, opinamos por seu parcial deferimento para reajustar o preço na forma aqui apresentada.

## **ASPECTOS JURÍDICOS**

A propositura do pedido de reequilíbrio econômico financeiro - revisão contratual é legítima e tem previsão no art. 65, inciso II, alínea "d", parágrafo 8º e art. 40, inciso XI, da Lei 8.666, devido à ocorrência da pandemia mundial do vírus SARS-Cov-19, impactando fortemente nos preços de vários produtos industrializados, também em razão da alta repentina do dólar. Logo, diante desta ocorrência, entende-se que a mesma dá o amparo ao direito equacionamento monetário no valor unitário dos itens registrados na ARP, bem como do reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro que, independente de lapso temporal o sua revisão deve-se para dar guarida no reequilíbrio econômico financeiro - revisão, evitando o enriquecimento sem causa do órgão público e prejuízos ao contratado que por força dos atuais eventos globais, inclusive o mais grave, COVID-19 (CORONAVÍRUS), desequilibrou a moeda (DÓLAR).

Superadas as questões de legitimidade do pedido de reajuste/reequilíbrio econômico financeiro - revisão - passo agora para as razões do mérito.

## ***DA EQUAÇÃO/REVISÃO/REEQUILÍBRIO DE PREÇOS:***

Considerando que o dispositivo previsto no rol taxativo do art. 17 caput do Decreto Federal n.º 8.792/2013, com aplicação do art. 65, inciso II, alínea "d" prevê a possibilidade do reequilíbrio - revisão sobre o valor dos produtos/equipamentos registrados, conforme exposto nesta pedido, aplicando o reequilíbrio com base no preço inicial e unitário registrado, conforme previsão Legal, acrescendo o percentual deferido sobre o valor pactuado de cada item que ainda possui saldo.

## ***DO PERCENTUAL % APLICÁVEL -REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - REVISÃO:***

*R*

0322



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

ESTADODO PARANÁ

Sabendo-se que a manutenção do reequilíbrio econômico financeiro tem raiz constitucional, resta saber se há aplicação do limite de 25% previsto no mesmo artigo 65 parágrafo 1º da Lei de Licitações sobre as repactuações dos contratos administrativos são o mesmo percentual para o reequilíbrio/revisão/reajuste.

A conceituação do instituto da repactuação ou reequilíbrio - revisão é de suma importância para que se conclua sobre a aplicação do limite de 25% previsto no artigo 65 da Lei 8666/93. Isto porque, não se referindo à alteração ou modificação da dimensão do objeto do contrato, mas tão somente à adequação do preço contratado aos valores de mercado, não há que se aplicar a repactuação ou reequilíbrio o limite de 25% estabelecido no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93. Como bem exposto por Marçal Justen Filho na mesma obra citada acima, a incidência do limite de 25% previsto na Lei 8.666/93 a repactuação e reequilíbrio "conduziria a resultados impossíveis de serem defendidos".

Entende referido doutrinador também que se a vedação fosse aplicada a todas as hipóteses disciplinadas pelo art. 65, ter-se-ia de reconhecer que apanharia inclusive a recomposição da equação econômica financeira prevista no inc. II, alínea, "d" e isso, no seu entendimento, é "insustentável e indefensável", na medida em que não é possível se estabelecer limites à recomposição da equação econômico-financeira.

Esse é o mesmo entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que ao ser consultado pelo Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais sobre a incidência da limitação de 25% às repactuações ou institutos diversos a manter a equação econômica dos contratos, assim se pronunciou. Vejamos:

*"Por fim, início a análise do terceiro questionamento presente nesta Consulta, referente à aplicabilidade dos limites previstos no art. 65, §1o da Lei 8.666/93 aos Reajustes realizados em contratos administrativos".*

Veja-se o texto do referido comando legal:

*Art. 65 (...) § 1o O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que*

2



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

ESTADODO PARANÁ

*se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.*

(...)

Através de tal dispositivo, a Lei 8.666/93 buscou limitar a possibilidade de ALTERAÇÃO QUANTITATIVA do objeto de contratações públicas. No entanto, é cediço que tal norma destina-se apenas às hipóteses em que há efetiva alteração do objeto do contrato administrativo.

Portanto, não se referem os seus limites de 25% ou 50% previstos no parágrafo 1º do art. 65, aos procedimentos de REEQUILÍBRIO - REVISÃO E DE REAJUSTE das avenças, nos quais, em verdade, busca-se a manutenção da equação-econômico financeira do contrato, e não a modificação da prestação devida pelo particular contratado.

Nesse sentido, citamos posicionamento do professor Joel de Menezes Niebuhr:

*"Tanto as alterações realizadas para manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato propriamente dito, quanto os decorrentes de reajuste, não devem obedecer aos limites dos 25% dos valores iniciais devidamente atualizados, prescritos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93. "O limite de 25% é para as situações em que se ACRESCE O OBJETO"*

Comunga do mesmo entendimento, ou seja, a não incidência do limite de 25% sobre a revisão, reequilíbrio e reajustes de preços o TCU, reconhecendo através do Acórdão 1.862/2003, em que restou acatada a justificativa da parte envolvida quanto a não observância de tal limite nos casos de reajuste/recomposição de preços.

Recentemente, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do acórdão nº 3420/2017 - TCE, também se posicionou de forma clara e objetiva, apontando que não há incidência dos efeitos do parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666, para busca da equação econômica financeira, sendo este somente aplicável aos casos de alteração de quantitativo do objeto. Continua tecendo que o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, previsto



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

ESTADODO PARANÁ

no artigo 65, d, da Lei nº 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos pode ser pleiteada apenas no caso de ocorrência de fato imprevisível, ou previsível com consequências incalculáveis, posterior à celebração do contrato, que altere substancialmente a sua equação econômico-financeira e para o qual a parte prejudicada não tenha dado causa.

O pedido para o exercício desse direito deve ser instruído com informações qualitativas e quantitativas detalhadas que comprovem o desequilíbrio. Em caso de deferimento do pedido, a outra parte tem o dever de recompor as condições iniciais do contrato por meio da revisão dos preços originalmente previstos. Explica mais uma vez que os percentuais legais de acréscimo estabelecidos no parágrafo 1º desse mesmo artigo - acréscimos ou supressões em obras, serviços ou compras até 25% do valor inicial atualizado do contrato; e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% para acréscimos - têm sua aplicabilidade restrita ao aumento ou à diminuição do objeto contratual, nos casos e termos ali previstos.

A atualização monetária dos valores contratuais também não caracteriza alteração contratual; e ambos não se confundem com o reequilíbrio econômico-financeiro. A orientação é do Pleno do TCE-PR, em resposta a consulta formulada pelo presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, Eraldo Teodoro de Oliveira. A consulta questionou em quais hipóteses é permitido o realinhamento e o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos; e se os percentuais de acréscimo contratual previstos na Lei nº 8.666/93 são aplicáveis, também, nos casos de reajuste referente à correção monetária.

Assim, compreendemos de acordo com os ensinamentos Doutrinários e posições do TCEs e TCU acima expostos, pode-se afirmar que o reajustamento de preços visando à recomposição do equilíbrio financeiro do contrato não sofre os efeitos da limitação imposta pelo §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, por não se tratar de alteração ou modificação da dimensão do objeto contratado, portanto, não se aplica o índice de 25% sobre os valores de reequilíbrio - revisão - de preços.

Sendo assim, após deferimento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro - revisão sobre o valor original e unitário de cada item registrado e ainda com saldo constante do pregão presencial referido no início deste

D



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU

ESTADODO PARANÁ

Parecer, devido haver adequada justificativa e legalidade para o restabelecimento do valor mercadológico, possibilitando a execução das futuras entregas sem acarretar prejuízo a ser suportado por esta empresa fornecedora, de modo que este percentual extirpará o desequilíbrio causado pela escassez do produto em virtude do advento da pandemia e alta do dólar etc, bem como as incidências de impostos, taxas, logística e margem de lucro.

À luz do exposto, conclui-se que a empresa Requerente possui legitimidade na aplicação do reequilíbrio econômico, através da comprovação inequívoca do aumento vertiginoso dos produtos tais com as embalagens e os fretes, razão pela qual, através do disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", tem amparo legal para aplicabilidade, consoante precedentes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Entretanto, Na realização de eventuais termos aditivos contratuais, deve ser mantido o desconto obtido pela Administração por ocasião do certame licitatório, em relação ao preço referencial - ACÓRDÃO 2196/2017 - PLENÁRIO DO TCU.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto acima, opina-se pelo CONHECIMENTO do pedido apresentado, acolhendo-, para o deferimento do realinhamento reajustando o preço dos itens para o valor REQUERDO PELA EMPRESA.

À consideração superior.

SMJ, é o parecer.

Porecatu, 30 de setembro de 2021.

  
Lielto Valeiro Padovan

OAB/PR 57.286

# SUPERMERCADO CICONATO LTDA-ME

CNPJ SOB Nº 14.313.427/0001-54  
RUA IGUAÇU Nº 1679, PORECATU-PR

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU – PR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2021

## REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

A Empresa SUPERMERCADO CICONATO LTDA-ME inscrita no CNPJ sob nº 14.313.427/0001-54, situada na rua Iguaçu nº 1679, no município de Porecatu-PR, representada por este que subscreve vem respeitosamente a presença de vossa senhoria requerer reajuste de preços no referido item nº 12 (café), com base na lei federal nº 8666/1993, capítulo III, seção III, artigo 65 parte II Letra-D e suas alterações, fornecendo para tanto as notas fiscais necessárias, para a satisfação das exigências legais.

Na data de 09/07/2021 a Empresa SUPERMERCADO CICONATO LTDA-ME participou do procedimento licitatório 79/2021 cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios para a secretaria de saúde, e foi consagrada vencedora do item 12 (café) no valor de 7,98 (sete reais e noventa e oito centavos). Em meados a data da realização do certame a empresa pagava o pacote de 500g o valor de R\$ 6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos). após um certo período e devido a alta dos produtos, a empresa em sua última nota conforme anexo, está pagando o custo de R\$9,50 (nove reais e cinquenta e centavos), e para termos um bom relacionamento com a administração mantendo o acordado em contrato, solicitamos o reequilíbrio econômico financeiro acrescido ao custo a mesma porcentagem do item ganho, sendo 27% da margem/lucro que obtivemos com o ganho do item mencionado na data do certame, passando a vigorar o valor de 12,10 (doze reais e dez centavos).

ITEM 12	Café torrado moído tradicional: Características gerais: Com selo de pureza ABIC. Com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas. Rendimento mínimo esperado de 6,25 litros de café pronto para cada pacote de 500 g. Sem glúten. Características sensoriais (organolépticas): aspecto de pó homogêneo fino, cor castanho; sabor e odor próprios. Embalagem contendo 500g, com dupla proteção. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data da entrega.	09/07/2021 PREÇO DE CUSTO R\$ 6,25 VALOR GANHO R\$ 7,98  31/08/2021 PREÇO DE CUSTO R\$ 9,50 VALOR SOLICITADO R\$ 12,10
---------	---	--

Porecatu, 31 de agosto de 2021

  
SUPERMERCADO CICONATO LTDA-ME  
CNPJ Nº 14.313.427/0001-54

14.313.427/0001-54  
SUPERMERCADO  
CICONATO LTDA. - ME  
Rua Iguaçu, 1679 - Vila Iguaçu  
CEP 86160-000  
PORECATU - PR

0327